

ESCOLA E FAMÍLIA, QUAL É O PAPEL DE CADA UMA NA EDUCAÇÃO?

"A Família forma, a Escola informa e a Educação transforma!"



Embates ou Parcerias: como a escola e seus participantes transformam vidas



Colégio Menino Deus - CMD
Telma Patricia Nunes Chagas Almeida

SBS | livraria internacional + SBS EDUCAÇÃO

ESCOLA E FAMÍLIA: QUAL O PAPEL DE CADA UMA NA EDUCAÇÃO?

**Embates ou Parcerias: como a escola e
seus participantes transformam vidas**

Colégio Menino Deus - CMD

Telma Patricia Nunes Chagas Almeida

Escola e família: qual o papel de cada uma na educação?

RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA: AS CONTRIBUIÇÕES QUE ALICERÇAM O FAZER EDUCATIVO

Viver em sociedade; entender o mundo contemporâneo; respeitar às diferenças; compreender a diversidade e, conviver em parceria são habilidades essenciais para o aprendiz. A educação como direito resguardado pela política nacional independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola que extrapola o ato da matrícula e implica à apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas em sua totalidade baseado na diversidade e no contexto sócio educacional. Uma escola ganha vida a partir da existência de seus alunos e é a partir deles e por eles que transformamos o mundo. Em cada aluno encontramos uma família e é nesse intercâmbio de papéis e personagens (escola/aluno/família) que cumprimos o nosso dever de promover o conhecimento, a cidadania.

A escola que vai além do espaço físico, composto por narrativas e personagens na promoção do conhecimento e à família a quem nos concede o privilégio de guiar os seus filhos ao mundo de possibilidades e conquistas. Se perguntarem a todo e qualquer ser humano: qual o valor da escola? Certamente ele responderá que “foi ali que ele encontrou o melhor caminho”. Não trata-se apenas, do ensinar e aprender ciências, língua portuguesa, matemática e demais componentes, na escola aprendemos a ver o mundo e refletir sobre ele. Os nossos mestres nos deixam como herança a visão de mundo e, por vezes, a única segurança frente às adversidades da vida.

O texto aqui escrito será uma junção de perspectivas entre o presente e o passado; teoria e prática; a atuação como aluna e docente pesquisadora em um espaço de aprendizado nomeado Colégio Menino Deus. Ações efetivadas vistas por um olhar de sujeito aprendiz, das narrativas contadas e recontadas

por colegas, alunos e todos que o constituem. Nesse texto será descrito e analisado os desafios de ser escola no século XXI; a união/parceria entre escola e família nas conquistas diárias quando relacionado ao perfil e dificuldades de nossos alunos.

Inicialmente, é preciso caracterizar alguns pontos: no cenário educacional, família e escola; entende-se como elos opostos e, ao mesmo tempo simultâneos que visam à construção do conhecimento, a formação do indivíduo como um todo. Elos que no século passado tinham dimensões demarcadas, hoje, atuam com um só objetivo: o alcance de todas as camadas sociais, com intuito de que uma nova pedagogia se instale no cenário educacional, isto é, a inserção da família em todos os aspectos vinculados à educação.

Como primeiro pilar, a instituição familiar, apresenta-se com papel norteador ao promover as primeiras lições e mediações com o mundo que cerca o aprendiz: valores sociais, afetividade, respeito mútuo, dentre outros . E, posteriormente a escola procura estimular o aprimoramento dessas habilidades nas condições em que a mesma atua, sobre qualquer reação ou realidade em volta. Com base na LDB – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96:

Art.1º,A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Mediante o que está exposto na LDB, em seu; **Art.1º** temos é preciso considerar que os princípios que regem a educação se dão por meios de mecanismos em que o ser humano encontra-se inserido, mediante aos processos de formação pelo qual interage e, conseqüentemente pela convivência mútua em sociedade em sua construção comunicativa.

No inciso 1º, encontra-se o registro: é na educação institucional que se promove e assegura a forma do ensino, este ofertado conforme as particularidades e níveis que competem suas atribuições. A educação escolar

que vincular-se-á ao mundo do trabalho e à prática social, isto é, a promoção de um ensino de qualidade que garanta ao sujeito competências e habilidades para a sua atuação enquanto sujeito social.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei de Diretrizes e Base da Educação).

Uma conquista diária, por vezes, advindas de um obstáculo: a que a escola busca vencê-lo cotidianamente, visto que, sobre a visão de Nero:

Infelizmente, nem sempre se pode contar com a colaboração mais estreita de certos pais porque alguns deles ainda não entendem que, pelo simples fato de terem matriculado seus filhos em uma boa escola, segundo dizem, sua responsabilidade está automaticamente transferida para esse estabelecimento. (...) Não se eximam os pais dessa responsabilidade que lhes cabe, e a escola, por sua vez, cumprirá a parte que lhe compete porque, segundo Charlotte Buller, "o Lar e a Escola visam ao mesmo objetivo, isto é, a futura integração social da criança. (NERO, 1967, p.14 e 15).

Em Nero, tais conceitos passam a ser uma abertura para compreendermos melhor como a família se porta diante da necessidade de educar e relaciona-se com a instituição, e como a própria instituição desempenha seu papel, frente à necessidade de se manter viva, a concepção de que, a tal deverá ser mediadora, e ao mesmo tempo cumprir com a difícil tarefa de ensinar e formar parcerias; meio a princípios e realidades tão opostas, em que a sociedade se apresenta, seja na condição moral, social e étnica.

Assim, faz-se mister dizermos que parte da família, almejam a educação dos seus filhos, mas, por vezes preferem reconhecer os espaços escolares como uma espécie de depósito, em que seus filhos estão somente para aprender a ler e escrever, se isentando completamente do cotidiano escolar, e quando acontece as reuniões de pais e mestres, não aproveitam o momento, que seria de extrema importância para a existência de uma conversa, acerca dos próprios interesses pessoais, ou inquietações que existem.

Quando há a parceria entre família e escola, o processo de escolarização acontece; mas o rendimento escolar só terá êxito quando os eixos passam a efetivar a formação de laços. Isso se dando através de um entendimento mútuo, ou seja, de múltiplas parcerias, haja vista dizermos que o trajeto escolar e familiar não se difunde somente em educar e ensinar. Como nos aponta Nero (1964), trata-se de tais sentidos e ações conjuntas. O mesmo enfoca relevantes conceitos na busca incansável pela formação dos alunos/filhos. Sendo que os processos de ensino aprendizagem acontecem quase de forma natural, pois os discentes aprendem conforme estão sendo conduzidos.

Se pais e professores não se enxergarem como mediadores ou como pessoas dignas por determinar que rumos os aprendizes devam tomar? E, se for isoladamente? Isso poderá refletir de forma negativa e conseqüentemente na forma como os filhos e discentes enxergarão a valorização dos conhecimentos prévios e de se portar como possíveis cidadãos críticos ao assumirem a vida adulta, mediante responsabilidades próprias, na sociedade. Contudo, deve-se ter um cuidado extremamente rigoroso, pois a fase que marca a vida do indivíduo, é aquela a qual passamos pelos princípios de aprendizado.

Segundo Caetano (S/D, p. 07), “para que os pais garantam as possibilidades de exporem suas opiniões, devem ouvir os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocarem pontos de vista.”

Nessa linha de pensamento, a educação está sujeita aos objetivos e ações dos envolvidos, posto que o processo educacional mesmo atingindo o público alvo, só chegará a um bom resultado quando os educadores sistematizarem a prática pedagógica com simplicidade, não enxergando o saber como algo de domínio próprio.

E para tanto, passe a considerar que a família nem sempre é desprovida de conhecimentos, e a falta dessa sistematização é o que faz o distanciamento dos pais aos espaços escolares, porque nem todos conseguem enxergar essas

diferenças com relevância e paciência, e por isso sentem-se excluídos, desmotivados; ocasionando assim a inexistência de parcerias.

Freire (1996, p. 07) nos aponta:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que agente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Sobre as palavras de Freire, podemos ter uma amplitude do que envolve o cenário sócio-político e educacional. Vimos, porém que os fatores que prevalecem sobre os indivíduos, estão ligados justamente àqueles em que podemos dar a nossa parcela de contribuição.

É verdade que, enquanto cidadãos, o máximo que podemos fazer para melhorarmos os princípios a qual estão sob constante transformações são de caráter individual, ou seja, o ser humano precisa de uma coragem imensa e uma força de vontade inabalável para conviver na sociedade, mediante todas as forças políticas que por ventura chegam a barrar nossos ideais, nossos anseios e principalmente nossas conquistas. Nisso, todos vem se modificando e tornando nossas vidas mais complicadas, diante de uma sociedade considerada também tão burocrática.

Por esse olhar, dar-se a entender que todos nós precisamos disponibilizar, bem como compartilhar expectativas sobre o futuro que nos cerca. Visto que a soma desses fatores implicam em melhores resultados quando vivenciados naturalmente.

Isto se dar quando todos interagem de forma homogênea e participativa na formulação e efetivação do bem maior que é: continuidade do ensino aprendizagem de forma que englobem todos em um só objetivo, à educação.

Para Silva (2005 p.53):

Na família também se concretiza o exercício dos direitos da criança e do adolescente, que estão embasados no direito aos cuidados essenciais para possibilitar seu crescimento e desenvolvimento físico, psíquico e social.

Indiscutivelmente é preciso admitir, e de certa forma tomando como base a inquietação do autor, sobre as atribuições aqui apontadas e relacionadas ao vínculo familiar, nota-se que todas as fontes essenciais que apresentem para o progresso do homem, geralmente estão intrinsecamente ligadas a uma espécie de sentimento, um afeto e principalmente um suporte para os ensinamentos escolares e sociais.

Quando a criança está inclusa nos espaços escolares, a instituição tem o pleno dever de cuidar, de ensinar; moldá-los e educá-los, conforme está incluso nos documentos em que lhes asseguram.

Tendo em vista que a família não conseguirá manter por si só o pleno desenvolvimento da educação dos seus filhos, assim segue o raciocínio; a escola carrega muito mais responsabilidades, pois asseguram a valorização dos mesmos, proporcionam a construção mútua de conhecimentos tendo ainda que considerar todas as particularidades e conceitos que a criança traz na sua bagagem; do seio familiar. E, como a instituição é vista como fonte geradora de conhecimentos, seu contexto escolar acaba sendo o de exercer as ações que influenciam sobre as camadas sociais.

Pais ou responsáveis transferem a escola o dever de produção e aquisição do conhecimento, seja pela necessidade de se ausentar para trabalhar e garantir o sustento, ou por motivos banais. Para Carvalho (2009, p. 01):

Hoje em dia não podemos mais falar da família brasileira de um modo geral, pois existem vários tipos de formação familiar coexistindo em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características e não mais seguindo padrões antigos, nos dias atuais existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a extensa, a homossexual, e ainda a nuclear que seria a formação familiar do início dos tempos formada de pai, mãe e filhos, mas não seguindo os padrões antiquados de antigamente.

Nos termos do autor, as crianças/discentes, podem estar vivendo em meio às desigualdades sociais e muitas vezes à mercê de problemas que possam acarretar um sentimento de maturidade precoce, ocasionando-as,

danos difíceis de serem reparados. Mas ao contrário do que pensamos, os desajustes educacionais entre o que é dever da família e o que é dever da escola, não parece marcar apenas os que estão dentro dessas estatísticas.

A sociedade moderna que desfruta de uma boa posição social também vive sob conflitos e desafios no que diz respeito à educação dos seus filhos, uma vez que a posição e a situação em que a maioria das pessoas estão inserida chamam a nossa atenção para o seguinte aspectos: a banalidade parece ter ganhado espaço; as nossas crianças estão sujeitas às inúmeras descobertas imaturas, ofertadas pelo mundo tecnológico em que abrange a maioria da população brasileira e do mundo.

Contudo, esse encaixe passa a deixar marcas e evidências, no sentido de que as informações maldosas têm muito mais domínio sobre a cabeça dos menores do que até mesmo a questão do ensino aprendizagem e sobre esses inúmeros casos, os pais precisam questionar-se quanto as suas ações, se a liberdade no mundo virtual não é um risco em seu processo de formação e rompimento afetivo.

Segundo Veronense e Costa (2006, p. 92):

Ressalta-se, todavia, que muitas vezes, devido à necessidade de longas jornadas de trabalho para garantir a sobrevivência do grupo familiar, os pais vêem-se obrigados a omitir aos filhos algo tão importante como o alimento que lhes sacia a fome: a orientação e o afeto na convivência familiar.

A partir do entendimento do autor, o que rege sobre qualquer indivíduo, independentemente de quaisquer circunstâncias, é a valia que a convivência familiar pode proporcionar mediante inúmeras situações em que o ser humano se encontra ou possa chegar. Por esta visão, podemos enxergar e compreender verdadeiramente que o representante familiar vive numa constante luta entre o que lhe faz ser, e o que lhe motiva ser, ou seja, por mais que a correria lhe tire o desejo e o prazer de está a todo o momento com a família de forma homogênea.

Esses mesmos continuam suas rotinas, na expectativa de oferecer o melhor e o que também é digno de sua natureza, trabalhar para suprir com as necessidades do dia a dia. No entanto, é preciso considerar que o processo educacional da criança encontra-se disposto, em dois momentos principais, que são escola e família, por sua vez, importantes e decisivas, na vida dos mesmos, no mundo familiar, as crianças são filhos, no escolar são alunos, a passagem de filho para aluno, não é automática, o sucesso dessa inserção é dependente da distância ou aproximação, entre ambas, podendo até ser traumática.

Dentro da escola o professor é responsável pela aprendizagem do aluno, o professor que teve um processo de formação, pra obter a condição de profissional da educação. As crianças ao chegarem à escola, vêm de um núcleo familiar, onde já são formados alguns conceitos, mediados pelos pais. Os professores conectados ou não com a vida social desses alunos devem garantir o direito educacional, fazendo uso dos vínculos de comprometimento que tem com o estabelecimento de trabalho.

Reforça essa situação quando afirma que “(...) de fato, percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas, com hierarquia de valores invertida em reação a escola transferindo responsabilidades suas para escola” (VACONCELLOS, 2000, p.22).

Como nos diz Vasconcelos (2000), tem uma forte presença de inversão de papéis acontecendo na relação pai-professor, sem soma de dúvidas essa é uma questão de maior problematização no âmbito educacional e alvo de muitas pesquisas e interações sobre o assunto.

A família por vez tem na escola um apoio nunca visto, contribui com a formação e muitas vezes entra no que era dever dos pais, referente à forma de se portar, as condições de respeito entre outras, por si só entendem a escola como o espaço suficiente para que a criança se desenvolva e obtenha todo aparato necessário, questões que fomenta o processo educacional e dificulta a aprendizagem do aluno. Entretanto, a escola trouxe para se certa parcela de responsabilidade pelo bem-estar psicológico e desenvolvimento emocional do

educando. Acerca dessa nova tendência Montandon (2001, p. 17-18) nos diz que:

Na medida em que (...) há uma maior preocupação com a felicidade e o desenvolvimento da criança, onde os educadores não se atêm exclusivamente ao desenvolvimento cognitivo da criança, na medida em que a escola utiliza uma pedagogia invisível, e em que a socialização aí feita tem vindo a ser menos neutra, mais personalizada, o território afetivo da família é, de qualquer forma, invadido [pela escola].

O autor defende que a partir do momento que a escola marca território, formalizando seu interesse integral pela vida dos alunos, vindo a valorizar as informações sobre acontecimentos mais íntimos da vida familiar, como crises conjugais, separação e desemprego e etc. antes tidos como invisível, feito o elo, a família sente-se convidada a ter uma convivência com esse cotidiano e partilhar desse contexto.

No passado, as fronteiras entre as famílias e a escola eram fixadas pela Instituição escolar e pelos mestres. Os profissionais da educação consideravam que os pais não tinham nenhuma autoridade em matéria de ensino e nenhum lugar na escola. Esperava-se que os pais apoiassem os docentes ou trouxessem contribuições pontuais, mas eles não deveriam colocar questões em matéria de pedagogia e, menos ainda, fazer críticas (MONTANDON, 2001, p. 189).

Durante muito tempo a instituição escola liderou como “Dona” do conhecimento; entrelaçou a ideia de que somente ela tinha domínio sobre os processos de aquisição ao saber, até então mudou a sua visão histórica, percebeu a importância da família e passou a encará-la como base primária, para desenvolver outras atividades, dando ênfase a seu papel de mediadora assim como a escola, mas, com suas diferenças e peculiaridades, a família traz fortes traços que a torna crucial no percurso escolar. Ao alicerçar os sujeitos com autoestima, confiança e segurança em se própria.

A escola mostra caminhos para que os pais sintam-se inclusos na educação de seus filhos, bem como não sabemos se é o suficiente para que os mesmos tenham confiança em participar junto às propostas escolares, opinar,

fazer críticas e se contrapor mediante a situação. Será que escola está aberta para ouvir os pais.

E, ainda me atento aqui ao alto nível de escolaridade dos pais em que vêm permitindo aos mesmos se apropriarem de conhecimentos relativos a princípios e métodos pedagógicos e, até mesmo, questioná-los. Menciono, ainda, a aquisição aos vários direitos da criança, que da abertura para que os pais venham a cobrar da escola uma prestação de contas, sobre o conteúdo e a natureza do ensino que oferece.

A escola deve promover a participação dos pais através de momentos construtivistas, ou seja, participar de projetos, eventos, diálogos e etc. num sistema de unificação entre pai/aluno/professor versus conteúdos, e não apenas dos momentos burocráticos como notas ou advertência, certo, que faz parte do processo cognitivo e dos deveres dos pais. Para tanto, se faz necessária à ampliação das políticas educacionais para impulsionar essa aproximação. É claro que na dose certa, e com o estímulo entre ambas.

Outro ponto bastante importante seria questionar acerca dos pais, se os mesmos a todo o momento são “alheios” aos seus deveres ou simplesmente encaram a escola como “depósitos” onde seus filhos adentram sem qualquer regra ou propósito, e, saem sem conteúdo algum, é uma situação que requer uma visão ambígua que tem o direito de pergunta e a resposta para as partes envolvidas, essa autoavaliação é proveniente de boa relação que se faz necessária, porque fazer este procedimento significa progredir, dar passos.

Para Demo (2001, p.102-104), “seria ideal que pais, professores e coordenadores, conversassem a respeito de seus filhos e explicasse qual seria a melhor forma de participação na educação dos mesmos”. A autora relata alguns mitos que deveriam ser revisto ou tornar-se inexistente, citamos neste trabalho três dos mitos considerados mais importantes.

O primeiro, encarar a família desestruturada como problema, quando não é formada por pai, mãe e filhos. No contexto atual a estrutura familiar teve muitas mudanças, como dito anteriormente existe uma diversidade familiar muito grande. É, homossexual, mono parental, e união livre, com todas essas

mudanças isso não significa que afetam o modo como a família auxilia a escola nesse processo.

O segundo mito seria a responsabilidade da família no aprendizado escolar dos filhos. É correto afirmar que a família é responsável por uma boa parte da educação de seus filhos, e a escola ficaria com a menor parte, a família e a escola compartilham da formação educacional só que ambas com focos diferentes. Fica a cargo da escola a formação e a família compartilha com a educação informal.

O terceiro mito seria dizer que os pais nunca estão presentes em atividades escolares, mas como contar com a presença dos pais, se muitas vezes não coincide com os horários pertinentes para o comparecimento dos pais, e não são promovidos trabalhos pedagógicos. Para Demo (2001):

Muitas desculpas são justificativas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser um processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado. (DEMO, 2001. p.19-20).

Demo (2001) vem tratar a questão participativa, uma realidade existente em muitas escolas, em que pais, professores, coordenadores, muitas vezes enxergam certas situações cotidianas que requer uma atenção maior, mas deixam passar despercebido, para não tomar posição que muitas vezes é trabalhosa, ainda existe um tabu nessa relação, os pais se sentem inseguros em esclarecer certo conceito com a escola, se os pais percebessem que a escola pública não é gratuita, que somado todos os impostos sairia bem mais cara que a escola particular, feito esse raciocínio talvez houvesse mais cobrança. Um questionamento que é sinônimo de produtividade, os pais assumirem uma postura instigante/colaborativa. O que acontece nas escolas particulares por ser considerado um alto investimento.

Seria ingênuo acreditar que esse processo se dá sem tensões, opiniões contraditórias ou até mesmo insucessos. É até por vezes enfadonho o discurso, mas, é incontestável a premissa de que a educação é proveniente da boa relação entre família e escola.

Parolim, nos diz que:

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa instituição. A escola tem sua metodologia filosofia, no entanto ela necessita da família para concretizar seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99).

Neste contexto, ainda existe um longo caminho a ser percorrido cheio de entre linhas, até ambas entenderem o quão são valiosos a interação e o dinamismo como parte principal dessa relação, a recíproca deve ser verdadeira, não apontar responsáveis, compartilhá-las. Até então tudo que a criança vivenciou até o momento com a família antes de ir para escola, deve ser considerado como forma de aprendizado.

Regattieri *et. al.* (2010), a maioria das escolas fazem reuniões com os pais, promovem debates sobre mudanças sociais que afetam crianças e jovens, e conseqüentemente a família e escola, mostram suas propostas, convidam palestrantes para tratar de assuntos como drogas, gravidez precoce, a dificuldade de impor limites e etc. até fazem uso de dinâmicas e ludicidade, mas quando a escola se faz prioritária neste quesito, e não dá oportunidade de os pais serem ouvidos, todo esse acolhimento torna-se superficial. Regattieri *et. al.* (2010), ainda sinaliza para o cuidado entre passar informações e tentar reeducar as famílias.

A ideia de educar as famílias costuma ter por base a suposição de que elas são omissas em relação à criação de seus filhos. Essa “omissão parental” que alguns autores nomeiam como um mito aparece reiteradamente no discurso dos educadores como uma das principais causas dos problemas escolares. Esse tipo de explicação incorre numa inversão perigosa de responsabilidades: uma coisa é valorizar a participação dos pais na vida escolar dos filhos; outra é apontar como principal problema da educação escolar a falta de participação das famílias. (REGATTIERI, 2010, p.35).

É claro que a família não é “culpada” pela insatisfação total na aprendizagem dos alunos, e devido a esse alto nível de responsabilidade. Uma sobrepõe em visão da outra seus próprios deveres e limitações, e a dificuldade de entender a qual núcleo de responsabilidade “eu faço parte”. E tomar partido ativamente, a distância entre concepção e ação é imensa.

Outra problemática bastante complexa e a inversão de valores, entre pai e filhos, muitas vezes se sentem líderes dentro de casa. Com tantas informações e mudanças, os pais encontram-se perdidos em meio a sua ação para como a melhor forma de educar seus filhos, sobretudo, deve deixar transparecer que ainda é o provedor maior dentro do ambiente família, e sabemos também que a criança é conveniada de inúmeros direitos, porém não tem total consciência para tratar de decisões mais sérias e ainda precisa dos pais para autorizá-los, e é realmente essa autoridade que os pais não devem abrir mão, conceber aos filhos uma educação acima de tudo “sadia” onde as crianças tem o direito de opinar e decidir o que é melhor para si, mas sempre com a mediação dos pais. Freire (1996, p. 106) adverte:

É indispensável que os pais tomem parte das discussões com os filhos em torno de seu desenvolvimento pessoal e intelectual. Não podem e não devem omitir-se, mas precisam saber e assumir que uma das tarefas pedagógicas que eles competem é deixar abrir aos filhos que sua participação no processo de tomada de decisões deles, não é uma intromissão, mas um dever.

Segundo o autor essa posição de autoridade dos pais em prol da contribuição afetiva e não significância de abuso de poder impõe a criança limites que as tornam educadas corretamente. No desenvolvimento cognitivo requer também a afetividade e o envolvimento. Nessa perspectiva, o papel da afetividade para Piaget é fundamental na inteligência.

Ela é a fonte de energia de que a cognição se utiliza para seu funcionamento. Ele explica esse processo por meio de uma metáfora, afirmando que “a afetividade seria como a gasolina que ativa o motor de um carro, mas não modifica sua estrutura”. (PIAGET 1981, p.5).

O autor intitula a aprendizagem com seu foco principal na afetividade que conduz todo processo de desenvolvimento da criança, apoiando-se no exemplo do autor podemos dizer que existe uma relação intrínseca entre o motor e a gasolina (ou entre a afetividade e a cognição), porque a funcionalidade do motor fazendo paralelo com as estruturas mentais, não é possível sem o combustível, e esse afeto deve ser promovido tanto na instituição familiar como na escolar. Porque são esses dois mundos distintos e

com uma particularidade, que é formar, educar para vida que fazem a diferença.

O processo de ensino-aprendizagem e um contexto que funciona depende de outros, por isso precisa desse contato, o diálogo por sua vez é a ferramenta, ou seja, o elo que determina as ações conveniadas em prol do bem maior, a educação como membro central do desenvolvimento humano. Visto que o diálogo não é assistido de modo coletivo, na verdade não podemos de fato conhecer algo ou alguém, apenas por um canal de informações, precisamos da exteriorização de vários, que é necessária para compreensão em se do sujeito, e em seu contexto. Pereira (2008) sinaliza que:

De acordo com a literatura revista à relação Escola-Família na vida escolar das crianças é de extrema importância. Não se pode desistir, e a procura de novas soluções e respostas deve continuar, mas de uma forma integradora e global, que permita a continuidade entre as escolas, os valores e as culturas das famílias (PEREIRA, 2008, p. 77).

Esse fazer citado pelo autor pode romper barreiras contribuindo com um estímulo para uma presença mais ativa dos pais na escola, como também fazer com que a escola busque estratégias que viabilize uma ação integrada dos pais na frequência escolar, ressaltando que as dificuldades são provenientes da falta de diálogo, e coleta de informação na qual pai e professor tem historicamente acumuladas sobre seu filho/aluno. Os encontros e escutas devem advir da realidade do aluno ao interesse dos pais, de maneira que o pai sinta-se incluso nesse processo pedagógico, conduzindo um ensino focado na eficácia. Esse fazer deve conduzir trabalhos, Projetos, ideias e práticas inovadora nas salas de aulas e até em iniciativas isoladas de professores.

É incontestável e notoriamente verdadeiro os efeitos positivos da relação escola e família que na sua essência seja contemplada de afetividade, envolvimento e participação. É, e sempre será um assunto questionador, instigante, mutável. Fomentando o processo de socialização. Em toda via, quanto se elabora algo planejado com foco, atividades pensadas no público a qual se direciona, existe uma porcentagem muito alta de sucesso. E satisfação do que foi respectivamente apresentado.

A escola considerada o segundo grupo social no qual o indivíduo participa, considerada uma instituição com responsabilidade de coligação entre o indivíduo a família e a sociedade. Além de transmitir valores culturais, econômicos e sociais; ela também admite que a pessoa torne-se mais compreensiva e humanizada, e aos poucos aprenda a desenvolver suas habilidades próprias, deixando de se espelhar no comportamento dos adultos que estão a sua volta; ela vai passando a adquirir valores pessoais transmitidos pela escola formando sua própria autonomia e garantindo seu espaço no meio social.

A escola ao longo da história foi tornando-se cada vez mais importante e essencial na vida das pessoas, criada para formar seres independentes e responsáveis perante seus atos, há quem diga que ela é uma criação social construída pelo homem ao longo do tempo. Educar, durante muito tempo aderiu-se a ideia de ser papel obrigatório da família, especificamente dos pais, nesse aspecto não queira dizer que não seja, mas a escola contribuiu bastante para a formação de um ser autônomo, o senso comum carregado pelas famílias ensinavam sobre atividades cotidianas e com a prática das mesmas aprendia-se a desempenhar diversas funções.

Não existia uma localidade especializada em ensinar essas tarefas diárias, pois tudo que aprendiam derivava de experiências dos adultos da família, afinal só se aprende, fazendo. Com o passar do tempo às convicções foram se modificando e a educação passou a ser também compromisso da escola onde “professores” transmitiam os saberes favoráveis que tinham contraídos com suas particularidades repassavam para outros, podemos dizer que conhecimentos poucos, se comparado com os exigidos atualmente.

Sabedorias baseadas em experiências eram transmitidas para outras pessoas sem exigências de formação alguma, porém para desempenhar a função hoje em dia é preciso ser graduado, obter especialidades em diversas áreas; ter capacidade de responder os compromissos exigidos pela árdua função de ser educador, ao contrário de antigamente que bastava saber ler, escrever e dominar as quatro operações matemáticas. Com o passar dos anos, a escola foi tomando seu espaço e tornando-se muito importante, por que não

dizer indispensável para o progresso da humanidade, cumprindo seu papel e dispondo de ensinamentos que preparam a ser para a vida adulta.

A escola tem adotado um espaço bem importante e recebido alunos com faixa etária cada vez menor, reconhecendo leis que garantem a inserção da criança na escola desde o berçário até a entrada numa faculdade. Na escola, os agentes aprendem os conhecimentos básicos, ficam alfabetizados, contrai os valores para ingressar na sociedade como cidadão constituindo relações de intercessão, assim, criamos elementos básicos necessários para nossa vida. Um espaço que recebe alunos com diferentes comportamentos e necessidades, cujo dever é estar preparadas para recebê-los, independente de sua condição física ou cognitiva. O número de alunos com necessidades especiais vem aumentando nos últimos anos e com isso surge os questionamentos: será que estão mesmo preparados para atender os alunos portadores de algum tipo de transtorno? Que dificuldades as escolas enfrentam ao receber um aluno diagnosticado com TDAH, por exemplo?

Ao longo da evolução educativa diante de tantos avanços tecnológicos, infelizmente, ainda, encontramos escolas e profissionais despreparados que desempenha sua função sem prazer visando apenas um pequeno salário no fim do mês, sem refletir a responsabilidade que tem em trabalhar com educação no país subdesenvolvido, sem avaliar-se e sem ter uma visão de futuro, pois essa depende exclusivamente do ensino que oferecemos atualmente.

O crescimento da sociedade depende das ações ensinadas nos dias de hoje e, conseqüentemente seremos vítimas da má qualidade de ensino oferecida e mal desempenhada por muitos profissionais, não falo aqui somente em educação de qualidade cobrada aos professores, exponho essa falta de consciência e compromisso a todos que de uma forma ou de outra que agem erroneamente em todas as áreas de trabalho, principalmente, na educação.

Para Rohde *et al* (2003), antes de abordar a intervenção da escola no aluno com TDAH, é interessante tratar de algumas questões que afetam o desempenho e a adaptação escolar desse aluno, sendo: o atual sistema educacional brasileiro; as implicações educacionais e o rendimento escolar do

aluno com TDAH; o papel e a função da escola e do professor no processo de identificação e manejo de crianças com TDAH no sistema educacional. Ter como suporte estudos científicos é de mera exatidão.

Uma vez que observamos, a real ideia de distância que se aborda entre prática e teoria; conceitos esses criados porque foram sendo designados para amenizar a falta de quem não consegue verdadeiramente cumprir seu papel e atender as demandas exigidas pela profissão, geralmente as teorias estão ligadas sim, as práticas cotidianas reais, pois não se pode desenvolver um bom trabalho sem antes conferir teorias, sem bases científicas que nos faça compreender que os problemas já são antigos e que há formas diferentes para resolver cada um deles, que já foram trabalhados e aplicados por profissionais que procederam em bons resultados.

O que falta é vontade e dedicação para fazer o diferencial cada um deve mostrar seu trabalho sem espelhar-se em trabalho de outros que na maioria das vezes já estão cansados com desinteresse para criar e pôr em exercício novas ideias e evitar o excesso de trabalho. O motivo da escola enfrentar grandes problemas está justamente na contratação de profissionais despreparados desde o faxineiro até o diretor em não saber lidar com o público alvo na falta de atenção, afetividade, carinho, compreensão, na falta das instituições de proporcionar boas estruturas físicas para atender portadores de necessidades especiais sendo elas físicas ou mentais.

Todos aqueles que compõem a escola devem ser consciente do seu trabalho e acolher sem distinção dando todo apoio preciso para assegurar esses pequenos na escola até que consigam tornassem pessoas caracterizadas cidadãs respeitadas e autônomas perante a sociedade que vivem, um dos maiores responsáveis para que isso seja possível é especialmente os professores que assumem a função de estar com esses alunos por um maior período de tempo.

Para que isso realmente seja possível é essencial ter em salas de aulas pessoas capacitadas para esse desempenho educativo, favorecendo um bom ensino aprendido aos estudantes sabendo que cada um é bem diferente do

outro, perante suas habilidades nosso papel quanto educador é respeitar e compreender as formas de desenvolvimento de cada criança.

A diversidade existente dentro da sala de aula requer do professor inúmeras habilidades, como diz o ditado popular é preciso ter jogo de cintura para fazer um bom trabalho atendendo as dificuldades desiguais necessitadas de cuidados e atenção especiais tomando bastante cuidado para não trabalhar conteúdos aleatórios que não atraiam a curiosidade do aluno para instigar os assuntos abordados prejudicando seu desempenho podendo aproximar-se ao fim do ano letivo sem resultados almejados e satisfatórios.

A um consenso de que seja mais produtivo investir nas dificuldades trabalhando de forma sinuosa do que tentar insistir em normalizar o caso, dessa maneira, o problema só vai tomar dimensões maiores e dificultar o procedimento de ampliação desse indivíduo.

A implementação de um aluno matriculado em uma determinada escola gera um grande impacto para o professor que irá trabalhar com essa criança uma vez que, não tenha contido experiências ao longo dos anos de atuação, e muito menos formação apropriada para entender e saber lidar com o mundo interior dessa pessoa, na maioria das vezes é amedrontador deparar-se com situações assim, gerando um desafio a ser vencido diante de uma nova experiência, que não poderá ser negada.

E os professores são “obrigados” a se virar com poucos suportes para atender essa criança e procurar aperfeiçoar seus conhecimentos da melhor forma possível. Quando se trata de alunos diagnosticados com transtorno de atenção e hiperatividade o cuidado e atenção precisa ser maior e mais delicado, não pelo fato de achar que a escola tem um “doido” como muitos acham, esse preconceito está ultrapassado e jamais uma pessoa pode ser vista assim por educandos.

A escola deve entender que um dos seus principais papéis é trabalhar a inclusão e está preparada para receber alunos portadores de TDAH prova o bom senso, o preparo de metas de inclusão uma visão acolhedora e ampla dessa instituição, é claro que instruída por pessoas preparadas para lidar com

as situações cotidianas que poderão aparecer ao longo do período pelo qual a criança permanecerá na escola.

Nos planos de aulas responsáveis tendem a desenvolver boas estratégias que envolvam esses pequenos, sabemos o quanto é difícil um professor lidar com várias crianças incluindo um portador de alguma necessidade/ transtorno mantendo o controle e realizando tarefas convenientes buscando fazer com que todos tenham um bom desempenho no aprendizado.

Diante de situações cotidianas e tão heterogêneas é preciso ter em mãos estratégias que realmente favoreçam as demandas dentro de sala de aula, trabalhos desenvolvidos para aprimorar todas as especialidades concisas, tais como: cogitar músicas, peças teatrais, danças culturais, esportes, gincanas, jogos, informática, trabalhos em grupos, maquetes, desenhos, incentivo a leituras de variados gêneros textuais, de acordo com a faixa etária dos alunos, pinturas, cotação de histórias clássicas, se possível, passeios, entre muitos outros exercícios que podem ser criativamente desenvolvidos para melhorar e aprimorar as habilidades cognitivas dos alunos.

Caso a escola sinta-se despreparada para oferecer tantas melhorias na qualidade do ensino deve procurar parcerias que tenham subsídios adequados para proporcionar e ajudar na formação desse pequeno ser. Contudo, já temos conhecimento de que não é possível fazer a diferença sozinho, principalmente quando se trata de educação uma parceria entre os responsáveis e de fundamental importância, quando falo de responsáveis refiro-se a atendentes da escola, família e assistentes especializados.

Essa junção é extremamente formidável, uma vez que oferece um suporte maior e seguro aos atendidos visando sempre o desempenho desse indivíduo. Quando formada uma parceria dentro do município, os professores e demais profissionais das escolas e outras instituições, inicialmente enfrentarão problemas que devem ser bem analisados e calmamente superados, sobretudo, dentro da sala de aula, por não encontrar subsídios (materiais pedagógicos) para o trabalho com esse público alvo.

Desse modo, as estratégias utilizadas são uma sala de vídeo para desaparecer da realidade e tentar manter as crianças quietas pelo fato de esta

assistindo um desenho que gostem muitas vezes a visita à sala de multimídia não tem nada a ver com conteúdo trabalhados em classe e é usado como maneira de descanso e não como momento de aprendizado.

Assim discorre outras atividades mal elaboradas como levar o brinquedo preferido e apenas brincar para passar o tempo sem a mínima criatividade gerando cansaço e desinteresse por parte das crianças depois de um curto período de tempo, as chamadas aulas de esporte ou educação física, onde uma simples bola deve ser o alvo principal de quase meio turno, apenas rolando de um lado para outro provocando desgaste físico enfadonho.

As aulas de artes, disciplina que engloba inúmeros acervos históricos, culturais é apenas o momento de pintar um desenho numa folha avulsa usando canetinhas coloridas e tendo que caprichar naquilo que só gera desprazeres para a maioria, especificamente para os que sofrem com transtorno de atenção e hiperatividade.

Sejamos realistas, quem é capaz de suportar atividades monótonas se não por pura obrigação. Será esse o melhor jeito de trabalhar com crianças? O professor necessita antes de tudo, conhecer sua turma para poder planejar o que irá desenvolver durante o decorrer do ano escolar, todas as ideias e propostas devem ser experimentadas a fim de acertar na mais eficiente e adequada ao público que se destina.

A reabilitação daquelas crianças cujo diagnóstico cuidadoso afirma a configuração de um quadro de T.D.A.H., pode ser vista sob novas perspectivas, entendendo-se que a atenção e o controle voluntário do comportamento não se limitam às determinações biológicas, destaca-se a utilização tanto da linguagem quanto da mediação de outros signos, visando auxiliar no desenvolvimento dessas funções psicológicas. Com isso pretende-se que a criança adquira maior consciência de seu próprio comportamento. (BENCZIK, 1999, p. 56).

No entanto, o uso rotineiro de atividades pedagógicas deve permanecer durante todo o ano, táticas bem elaboradas que verdadeiramente envolvam os alunos, manejar o currículo anual com criatividade organizando momentos de descontração juntamente com incentivos ao aprendizado fazendo desses momentos oportunidades para a criança integra-se e participar voluntariamente.

Atividades com múltiplos materiais pedagógicos, para usarem no decorrer dos exercícios oportunizando o ser a ver e analisar cada situação vivida com prazer. Esses afazeres poderão envolver aulas criativas com algo que chame a atenção da pessoa, enfatizando a inserção de músicas diversificadas, pinturas bem elaboradas com diversos materiais, apresentação de dramatização para o restante dos que compõe a instituição, passeios próximos, incentivos à leitura com caracterização dos personagens, aulas vídeos de acordo com o assunto trabalhado em uma aula, exercícios em grupos, entre tantas outras, que ajudam os alunos a descobrir e desenvolver suas habilidades e cognições.

Um dos principais motivos de dificuldades onde se tem observado o trabalho pedagógico são os comportamentos inadequados apresentados por vários alunos em diversas atividades escolares. Muitas vezes, a falta de preparo dos docentes para lidar com esses casos geram situações constrangedoras dentro da sala de aula e também fornece para uma configuração agravante do quadro havendo necessidade da ajuda de outros profissionais.

Além disso, na maioria das vezes a proposta educacional da escola antecipa uma única forma de enquadramento para os discentes no processo pedagógico, deixando de inserir pautas que assegurem e favoreçam de alguma forma crianças com algum tipo transtorno, muitas vezes por não estarem adaptados ao processo educacional convencional, é comum que os alunos portadores de TDAH, por exemplo, necessitem de apoio por parte da assistência social, psicopedagogo e psicólogos para garantir um melhor resultado no seu procedimento, criando parcerias que fornecem positivamente um processo de desenvolvimento mais acentuado.

No entanto, muito já tem se ouvido falar sobre as TDAH, mas poucos profissionais da área educacional tem um prévio conhecimento sobre o mesmo, e justamente para repor essas falhas são criadas ações entre escolas e assistência social para dá um suporte maior a esses indivíduos. Abordar essa temática tem sido um exercício desafiador, pelo fato de algumas pessoas desconhecerem as verdadeiras situações com as quais profissionais são

submissos a passarem, ou até mesmo pela descrença de que haja soluções concisas para resolver os casos, embora pausadas.

Genuinamente, as escolas não proporcionam condições necessárias para alunos carregadores de TDAH, não há conteúdos atraentes e muitas vezes o professor não tem capacidades para motivar essas crianças com boas estratégias, em muitas ocasiões professores acabam julgando a família por não disciplinar os próprios filhos permeando cada vez mais as relações de desempenho dos mesmos.

Em algumas ocasiões os profissionais que atuam em sala tem dificuldade em buscar ajuda e assumir a dificuldade que se tem em trabalhar com esses alunos, após verificar os comportamentos que para o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV) da Associação Americana de Psiquiatria, quarta edição (1994), o indivíduo com TDAH apresenta os seguintes sintomas:

Seis (ou mais) sintomas de desatenção: frequentemente deixa de prestar atenção a detalhes ou comete erros por descuido em atividades escolares, de trabalho ou outras; tem dificuldades para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas; parece não escutar quando lhe dirigem a palavra; não segue instruções nem termina seus deveres escolares, tarefas domésticas ou deveres profissionais; tem dificuldade para organizar tarefas e atividades; evita envolver-se em tarefas que exijam esforço mental constante; perde coisas necessárias para tarefas ou atividades; é frequentemente distraído por estímulos alheios à tarefa; apresenta esquecimento em atividades diárias.

Ao ter mera convicção desses sintomas, a escola juntamente com a assistência social e outros profissionais enquadrados para aprimorar os casos devem buscar métodos que enriqueçam a formação do processo de ensino aprendido desses seres. Muitos alegam a falta de materiais e questionam de que modo poderão ser trabalhados esses aspectos sem que haja recursos necessários pra desenvolver um bom trabalho.

As casas de apoio especializadas são elaboradas por pessoas especializadas e mesmo com poucos recursos é possível realizar o trabalho

embora com resultados lentos, existem salas multifuncionais com matérias apropriados apesar de poucos é preciso admitir.

O encaminhamento de alunos a serviço da saúde tem se tornado cada vez mais frequente por apresentarem problemas na escola, isso vem se intensificando na tentativa de controlar e/ou amenizar a hiperatividade e a falta de atenção, para averiguar as melhores condições para aprimorar o caso, devemos primeiramente buscar entender em qual condição de vida o ser está sujeito, quais as qualidades das políticas públicas do município, e o bem está social oferecido à população, quais as transformações tecnológicas, sociais e econômicas que aconteceram ultimamente, pois estas interferem diretamente no comportamento e influencia a sua formação quando cidadão.

E, com isso o encaminhamento para profissionais da saúde tem aumentado cada vez mais. No intuito de amenizar as causas e consequências dessa problematização. Pela conversação do tema no campo da saúde, Collares e Moysés (1994) afirmam que “novas áreas profissionais em sua prática clínica estão envolvidas nesse processo, substituindo o termo “medicalização” pelo termo “patologização”, uma vez que o fenômeno se ampliou e faz parte da prática de diversos profissionais”.

O primeiro passo que deve ser dado depois de reconhecer que realmente a criança é portadora de algum tipo de transtorno é analisar e criar momentos de conversas entre os profissionais que possivelmente terão que atender essas pessoas, e também com a família, pais ou responsáveis, tomando um prévio conhecimento no caso professores devem procurar elaborar projetos voltados para esse público, afim de realmente mantê-los no direito de ter acesso à educação de qualidade, com outras ações terá que contribuir a parte da assistência social buscando trabalhar diversas atividades inovadoras acompanhadas de conversas, discursões e palestras. Enquanto profissionais clínicos devem contribuir com consultas favorecendo a amplificação de todo esse conjunto, pois é o profissional mais adequado para casos mais agravantes.

Atualmente os conceitos sobre as TDAH tem se tornado assunto de interesse global tanto no âmbito educacional quanto no social e por que não

dizer clínico também, ambos, possivelmente, desconhece impedimentos culturais, sociais e outros. Nessa conjunção, a sociedade enfatiza o fracasso escolar analisando as aprendizagens como responsabilidade apenas do próprio aluno.

Contudo, esses fatores variam de acordo com a vivência na qual os indivíduos se inserem não podemos julgá-los como únicos responsáveis, uma vez que a família basicamente reflete em todo o processo comportamental e intelectual dos mesmos.

A falta de interesse por parte de alguns pais em acompanhar os próprios filhos nas suas dificuldades reflete diretamente e negativamente nesse percurso, apontam os filhos como anormais sem antes procurar acompanhar e compreender que fatores levam essas crianças a agir de tal forma, ao procurar ajudas psicológicas onde serão feitas as análises muitas vezes o diagnóstico é claramente visto por um profissional da área que a falha maior pertence aos próprios pais por agirem erroneamente durante o processo de educação dos filhos, e as conclusões mostram que os próprios responsáveis quem traumatizam os filhos.

O comportamento representado por uma criança pode ser aderido a diversos fatores que estão ligados as suas origens culturais, políticas ou sociais, atitudes essas que são caracterizadas principalmente pelo meio familiar no qual ela se insere, pois esse é o primeiro meio social no qual o sujeito convive, dessa forma, é compreensível que uma criança não pode ser comparada a outra por suas ações e atitudes, até porque cada ser tem alicerces e bases individuais que englobam ensinamentos e saberes diferentes, que devem ser aceitos e respeitados pelos que estão a sua volta.

A família tem como principal função observar o comportamento da criança diariamente, avaliando suas atitudes com muita precariedade, deve ficar atenta entre as ações do comportamento que diferenciam o que é indisciplina e quais sintomas podem ser considerados para julgar como carregadores de TDAH, é preciso reconhecer também, que crianças não tem um comportamento padrão; crescem observando, avaliando e obviamente

imitando os seres que circundam a sua volta, dando origem a sua conduta moral.

A partir dessa conduta se procede o jeito de cada um se comportar diante a sociedade que está implantado, se apresentando diferentemente; podendo ser males causados pela indisciplina onde a identificação nas crianças é bastante complicada, e depende do contexto em que estão implantadas suas origens, desconhecidas muitas vezes pelos professores. “Pode ter origem em um descontentamento da criança com o meio” (GARCIA, 2008), para o autor o ambiente de vivência dessas crianças vale extremamente para aprimorar esses aspectos comportamentais, pois se estão insatisfeitas dificilmente mostrarão boas atuações e crescimento pessoal, “ou até mesmo num desconhecimento de normas” (LA TAILLE, 1996).

Como menciona outro estudioso, relatando que a falta de postura e ética no cumprimento de normas atrapalha a convivência entre pessoas que tem desinteresse em segui-las, há também de se lembrar a questão da falta da edificação adequada da moral da criança.

Ocorrida pela falta do implemento de regras e limites impostas aos pequenos dentro de casa, que se manifestam em outros ambientes levando as mesmas a aderirem atitudes negativas, desrespeitosas e malcriações. De maneira construtivista, a indisciplina pode ser vista como uma falta do apoio familiar na formação moral, já que a mesma é a primeira responsável pela educação por servir como exemplo através das imitações, conforme discorre Gasparin (2002, p. 88):

Fica evidente, desta forma, que antes da à criança se apropriar de um conhecimento, de um conteúdo, de um conceito, eles são apropriados segundo uma determinada forma que lhe é passada por outra pessoa. Isto é, o primeiro passo do ensino e da aprendizagem é a imitação.

Nesse caso, a família precisa distinguir a informação sobre os transtornos e ser consciente das diferentes formas de sintomas, pois são bem parecidos os sinais da indisciplina e das TDAH; estando associados à presença

de um comportamento fora da rotina, desorganizado, comparado com o que é vivido diariamente pela família; deve-se observar a duração do comportamento indesejável, levando evidências concretas de que há sintomas de algum transtorno psicológico.

Mas afinal, quem nunca se deparou com uma criança danada, inquieta, teimosa, impulsiva, desatenta, desligada, imperativa, ansiosa, impaciente? E ficou se perguntando o motivo de tanta energia ou até julgou isso como rebeldia, falta de educação. Pois bem, esse conjunto de fatores pode estar ligado a um problema ainda desconhecido por pais e professores, ou até mesmo, pouco debatido pela sociedade, podemos dizer.

As dificuldades de aprendizagens, ou melhor especificando os Transtornos de Atenção e Hiperatividade (TDAH) são assinalados por esses procedimentos, e tem se tornado um desafio para integrar e socializar pessoas que apresentam esses sintomas; nos meios sociais e, principalmente nas escolas, em que se observa a procedência da falta de capacidade em conceituar e processar informações, dificultando ou retardando as habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos.

Muitas são as áreas atingidas negativamente quando se trata do desenvolvimento da pessoa, as mais frequentes e perceptíveis são: leitura, raciocínio lógico, socialização, escrita. Contudo, sabemos que esses fatores contribuem para que outros sejam também lentamente desenvolvidos ou até mesmo bloqueados sem que a pessoa perceba, ou seja, quando não diagnosticado todos sofrem por não ter conhecimento dos verdadeiros fatos, aderindo atitudes erradas para trabalhar com esses seres afetados. O que impede ligeiramente o controle e os resultados esperados com as atitudes incluídas.

O transtorno de atenção e hiperatividade é bastante complexo considerado um problema de saúde mental de baixo risco “que afeta em torno de 3 a 6% da população de crianças de 7 a 14 anos” (BENCZIK; ROHDE, 1999, p. 37; 45).

É possível perceber com mais facilidade quando o indivíduo começa sua carreira estudantil “na maior parte das vezes se manifesta muito cedo na

vida do portador, mas apenas mais tarde, com o início da vida escolar, é que os sintomas revelam-se de forma mais perceptível” (DINIZ NETO; SENA, 2007, p. 20).

Aparecem também estudos que consideram como ensejos relacionados às disfunções em transmissores neurais, aonde uma substância é responsável por transmitir os conhecimentos entre as cavidades nervosas é a dopamina, substância que tem a função de manter o controle dos movimentos, aprendizado, humor, emoções, cognição, sono e memória.

Nos hiperativos, no caso as crianças, pode haver uma disfunção na dopamina, a qual dissimula especificamente uma parte frontal interior do cérebro. Conforme Teixeira (2008, p. 22) esta parte do encéfalo é:

(...) responsável pelo comportamento e pelo controle de certos comportamentos tais como: atenção, capacidade de controlar impulsos, capacidade de “filtrar” as coisas que não interessam para aquilo que se está fazendo no momento, sejam elas externas (destrutores do ambiente) ou internas (pensamentos), capacidade de controlar o grau de movimentação corporal, capacidade de se estimular sozinho para fazer as coisas, capacidade de controlar as emoções e não permitir que elas interfiram muito no que está fazendo entre outra.

Comportamentos que acabam tirando o raciocínio e a concentração durante as tarefas realizadas, acarretando maiores problemas de controle da atenção, da atividade, da impulsividade, da obediência às regras e do rendimento escolar. A transmissão da TDAH pode ser genética, mas os sintomas devem ser constantes para que haja a preocupação em tratar.

Pode ser visto como uma das causas da indisciplina, e suas manifestações podem ser confundidas com estas, então é recomendado e preciso a atuação de professores capacitados para identificar o quanto antes os transtornos sofridos por alunos em sala de aula. Aliás, é preciso saber que as TDAH não é uma doença, e sim, estão ligadas a uma disfunção cerebral que abrange a milhões de pessoas com diferente idades em todo o mundo, causada por diferenças no funcionamento do cérebro e na forma pela qual se processa as informações. Sendo mais comum do que se imagina, nem todos a

conhecem como disfunção também não percebe que sua presença faz com que a qualidade de vida seja muito embaraçada.

As pessoas com tais dificuldades não podem ser consideradas preguiçosas ou incapazes de realizar tarefas, e na maioria das vezes sabemos que são assim tratadas e vistas por outras pessoas, de fato, tem um nível inferior aos demais no que diz respeito ao processo de práticas, mas isso não quer dizer que são impossibilitadas de fazer algo, apenas deve-se ser paciente e entender que processam as coisas de formas mais lentas e diferentes da maioria.

Na escola, dentro da sala de aula, basicamente durante o ensino fundamental, é o lugar mais apropriado para descobrir e começar a investigar esse tipo de bloqueio; professores atentos logo despertam quando um aluno venha a ter algo que chame atenção, continuamente na maioria das vezes é percebido através do comportamento apresentado, pela falta de interesse em realizar as lições frequentemente, ato muito delicado, que nem sempre pode ser visto como a doença, antes de julgar com TDAH é preciso rever os planos de aulas elaborados, se realmente envolvem a atenção e a participação dos alunos.

Do desprazer pela leitura, quais fatores convergem esse desinteresse, as dificuldades em relação à escrita, se realmente é problema ou está ligada a preguiça em escrever, no entanto, esses pequenos podem progredir e aprender a superar suas limitações, com apoio e suportes adequados aprendem com sucesso. Estudos mostram que a grande parte dos afetados são crianças do sexo masculino por terem um nível de inquietação e agitação mais elevado que as meninas. É importante, a verificação da frequência dos sintomas para que seja possível e correto enquadrar a criança como portadora de TDAH, conforme expõe Teixeira (2008, p. 20-21):

Verificar a duração dos sintomas de desatenção e/ou hiperatividade / impulsividade quando é iniciado o processo de diagnóstico de um quadro de TDAH. Esses sintomas devem ocorrer em vários ambientes da vida da criança (escola, casa) e manterem-se ao longo do período avaliado. O clínico que irá iniciar esse diagnóstico inicial deve ser alertado se os sintomas ocorrem em casa ou somente na escola para a

possibilidade de ser devido a desestruturação da família ou de um sistema de ensino inadequado. Flutuações de características não podem ser consideradas como portador de TDAH.

Como discorre o autor devemos tomar muito cuidado em dizer que a criança tem TDAH, às vezes esse fator pode ser confundido com a indisciplina contraída pela desestrutura familiar, existem casos de crianças que são um exemplo de compromisso na sala, mostrando organização e cumprimento nas obrigações com suas tarefas seguindo corretamente as regras criadas, e em casa são verdadeiros “pestinhas” que bagunçam, não seguem as regras impostas pelos adultos desobedecem, geram uma verdadeira desordem no lar, nesses casos, jamais devemos avaliar como portadores de transtornos, a não ser que seja verídico.

A família deve reconhecer a falta de ordem e moral no processo de educação, procurando aderir novas atitudes; procurando educar pelo exemplo e cumprir corretamente as atuações diárias, sem cobranças excessivas. Advertindo as ideias de Vygotsky (1987) quando expõem de forma clara os aspectos comportamentais; envolvem os elementos referencias, como a criança está cercada por adultos da família começa adquirir traços demonstrados pela a própria ascendência, suas atitudes irão se convergindo perante seus alicerces. Se o ambiente dispõe de harmonia e respeito, ótimo. Se não a interpretação requer cuidados minuciosos para não confundir indisciplina com algum tipo de transtorno.

O maior desafio que pais e professores têm em trabalhar com crianças que apresentam TDAH é ajuda-las a adquirir confiança em si mesma, a acreditar nas suas capacidades mostrando a criança quais as melhores formas de facilitar as ações desenvolvidas por elas, ao invés de tentar esconder suas dificuldades e tratá-las como doentes mentais. Por isso, são carregados de uma grande responsabilidade para observar, detectar, decidir, intervir, e o mais importante oferecer um ambiente seguro, agradável que estimule a criança a conhecer seus pontos fortes.

É complicado encontrar uma definição que abranja todos os aspectos envolvidos no procedimento das TDAH, os problemas se expressam de

diferentes formas e afetam distintas competências, é muito difícil observar essas dificuldades de maneira isolada. O diagnóstico pede uma avaliação ampla, incluindo frequentemente um levantamento de profissionais especializados como psicólogos ou psiquiatras.

O exame médico também é importante para esclarecer possíveis causas dos sintomas semelhantes aos do TDAH. O processo de diagnóstico deve incluir dados colhidos com professores e outros profissionais que, de alguma forma, interagem de maneira rotineira com a pessoa sendo avaliada. O professor não é o profissional adequado para diagnosticar, mas são orientados a avisarem qualquer sinal de transtorno que aparecer, essa comunicação pode ser realizada através de um diálogo, ou até mesmo manuscrito, o principal foco é fazer com que especialistas saibam a situação e busquem resolver o fato, pois essa função deve ser vista e avaliada por um psicólogo ou um profissional neuropsicológico que compreender com mais precisão e está hábito a concluir o diagnóstico verdadeiro sobre o caso, ressaltando a importância da verificação e da presença das aparências para enquadrar o ser como portador de TDAH.

Verificar a duração dos sintomas de desatenção e/ou hiperatividade / impulsividade quando é iniciado o processo de diagnóstico de um quadro de TDAH. Esses sintomas devem ocorrer em vários ambientes da vida da criança (escola, casa) e manterem-se ao longo do período avaliado. O clínico que irá iniciar esse diagnóstico inicial deve ser alertado se os sintomas ocorrem em casa ou somente na escola para a possibilidade de ser devido a desestruturação da família ou de um sistema de ensino inadequado. Flutuações de características não podem ser consideradas como portador de TDAH. (TEIXEIRA, 2008 p. 2021).

Antes de começar o tratamento explícito é necessário um exame clínico na criança a fim de garantir verdadeiramente a existência do caso, e eliminar possíveis ideias equivocadas sobre as TDAH. Vale destacar, que não há um exame específico para detectar o transtorno à forma mais indicada e utilizada pelos agentes responsáveis é o diálogo entre pais e professores diante as atitudes da criança, assim como também não existe exames específicos para outros distúrbios como o Autismo que é um transtorno de desenvolvimento que afeta a comunicação, interação e a socialização e a Esquizofrenia marcada

como um transtorno mental complicado que impede os experimentos reais e imaginários, interferindo na forma de raciocinar e reagir diante as situações emocionais e comportamentais tidas como naturais. Ainda a “melhor ferramenta para colher dados é uma boa anamnese que é uma conversa detalhada com os pais ou os cuidadores” (ABRICHAIM, 2001).

Ou seja, uma conferência feita por profissionais da saúde ao paciente, dando o ponta pé inicial para verificar verdadeiramente uma condição de patologia, o que produz um diagnóstico acautelado e um tratamento apropriado.

Reconhecer esses conceitos é promover uma ação educativa dentro e fora da escola. A diferença entre necessidade especial e indisciplina são fatores importantes para o processo de aquisição da linguagem e sua comunicação. Seja TDAH, autismo ou outro diagnóstico, escola e família deve promover uma parceria que resulte no sucesso do aluno, que dê garantias enquanto sujeito pertencente a um grupo social.

A proposta da educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento e está baseado no pressuposto que toda criança tem direito a educação de qualidade, contudo, os sistemas educacionais, ainda, precisam mudar e/ou se adequar para que se possam responder as necessidades dos educandos. Para Milter (2004), “trata-se de um “processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.” Para que aconteça essa reforma, dando oportunidade a todos ao exercício e direito do ensino regular, requer mudanças na proposta pedagógica da escola. Vejamos o que nos aponta, Montoan (2001, p. 81):

A inclusão escolar envolve basicamente, uma mudança de atitude face ao outro: Que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que subsistimos e é dela que emana a justiça a garantir da vida compartilhada.

Para o teórico, o aluno com necessidades educacionais especiais não pode ser tratado como um indivíduo qualquer, cabe à escola conhecer os seus alunos e as necessidades de cada um, para poder proporcionar uma aprendizagem significativa ao inserir o mesmo no processo de ensino aprendizagem. A necessidade de favorecer em ambiente de fato inclusivo se deu a partir dos documentos oficiais, vejamos alguns:

A declaração de Salamanca, um dos principais documentos mundiais que visão a inclusão social. Foi realizado pela UNESCO em junho de (1994) com o objetivo específico, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa conferência, foram dadas altas prioridades a tarefa de que até o ano de 2015 todos tenham acesso ao ensino de qualidade. Ainda, sobre a declaração de Salamanca, na “Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso E Qualidade”, a exposição do documento, sendo o primeiro a mencionar a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais NEE. Na escola regular propõe ainda, uma linha de ação que deve ser seguida pelos governos (CHINALIA e ROSA, 2008). Para Corde (1994, p. 14):

Na declaração de Salamanca se lê: [...] reafirmamos, pela presente declaração, nosso compromisso com a educação para todos reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, e apoiamos, além disso, a linha de ação para as necessidades educativas especiais cujo espírito refletido em suas disposições e recomendações deve orientar a organizações e governos.

Essa linha de ação compreende os seguintes itens:

- I. Novas ideias sobre as necessidades educacionais especiais.
- II. Diretrizes de ação no plano nacional:
 - a) Política e organização;
 - b) Fatores escolares;
 - c) Contratação e formação de pessoal docente;
 - d) Serviço externo de apoio;
 - e) Áreas prioritárias;
 - f) Participação da comunidade e recursos necessários.
- III. Diretrizes de ação no plano regional internacional (CORDE, 1994, p.19).

No entanto, ao assinar essa declaração, o Brasil se comprometeu a transformar os sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos. Vale ressaltar, que durante todo esse trajeto é possível notar que o movimento pela inclusão no Brasil cresceu e gerou diversas discursões sobre o ensino atual, como qualquer cidadão todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais têm o direito a estudar.

O princípio que fundamenta a declaração de Salamanca é que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e, que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

De acordo com esse conceito, a escola tem obrigação de receber esses alunos especiais independentes de suas necessidades, oferecendo um ensino de qualidade para que os mesmos alcancem o seu nível adequado respeitando suas limitações; e, para isso é necessário uma organização no sistema educacional para que possa promover uma educação para todos com um olhar inclusivo.

A partir de (1994) foi publicada a política nacional de educação especial orientando todo o processo de integração nas classes comuns do ensino regular. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicas para atender as suas necessidades, Ou seja, que as escolas ofereçam condições necessárias para o aluno especial, para que o mesmo tenha possibilidade de avançar no processo de aprendizagem.

Em 1999, o decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar

da educação especial ao ensino regular. No contexto educacional, essa é uma política voltada para educação inclusiva visando integrar essas pessoas com deficiência no sistema regular de ensino.

Acompanhando o processo de mudança, as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEEP, 2001).

Com base nas diretrizes, são ressaltados que é os sistemas de ensino que devem se organizar para que as escolas possam atender todos os alunos com necessidades educacionais especiais e que estes tenham um atendimento especializado complementar.

O plano nacional de educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”. Com base no plano nacional de educação, são apontados questões das escolas estarem preparadas para receber esses alunos especiais e garantir a permanência na escola, sendo assim precisa-se, de acessibilidade física, professores com formação adequada, para trabalhar com esses alunos, com e sem eficiência podendo assim garantir a inclusão integrando os mesmos no processo de aprendizagem.

Assim, como também trata-se a convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo decreto nº 3.956/2001, em que são afirmados que as pessoas com deficiência tem os mesmos direitos humanos, a liberdade fundamentais que as demais pessoas. Nesta declaração, fica claro a impossibilidade de tratamento as pessoas com deficiências, e que os mesmos tem o direito de frequentar a escola em qualquer um de seus níveis.

Porém, citando varias leis que defendem os direitos da criança e do adolescente portador de deficiência. O Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que os pais ou responsáveis tenham obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Dessa forma, as salas de aula do ensino regular deve constatar no projeto pedagógico da escola, um ensino que venha por meio assegurar as pessoas com deficiência; um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino.

Porém, temos muito a avançar acreditando que o maior progresso estará na mudança da sociedade em geral, ao ver os direitos das pessoas com deficiência e respeitar as diversidades. Um espaço garantido por lei, contudo, pouco se aplica na realidade escolar. Posto que ainda, preexistem pontos e contrapontos, isto é, aspectos positivos e negativos.

No tocante a esse aspecto, inicialmente, vale destacar que a educação inclusiva ainda se torna um grande desafio nos ambientes escolares no ensino regular, no qual venha atender essas pessoas com necessidades educacionais especiais, em que gera, ainda, muita apreensão entre as que a compõe.

Enquanto educadores, sabemos que essas impressões refletem a realidade em nossas escolas, e precisamos repensar nossa prática pedagógica para podermos proporcionar um ensino a todos os alunos, com ou sem deficiência, garantindo à inclusão dos mesmos nas escolas de ensino regular e, posteriormente eliminar as barreiras que as pessoas com deficiências têm para se relacionarem. Martins (2006, p. 34), nos coloca que:

Ainda existem barreiras que impedem o acesso e a permanência, com qualidade de muitos alunos com deficiência na escola. São elas físicas, por exemplo, escadas, ausência de rampas e de banheiros adaptados para deficientes físicos, pedagógicos e atitudenais. Essas últimas são as mais serias e difíceis de serem vencidas, pois não se removem por decreto a rejeição, o medo a estigmatização os preconceitos, os mecanismos de defesa existentes frente ao aluno tido como diferente.

Na fala de Martins (2006), existe grande necessidade de adaptação nas escolas. Na verdade, as escolas não foram pensadas para atender a diversidade quanto ao pedagógico. É necessária adaptação curricular, apoio

aos alunos e os professores, métodos, recursos, equipamentos e materiais específicos para proporcionar tanto um ensino como uma aprendizagem adequada, levando em consideração o respeito compreensão humildade e outros, que o mesmo levará para a vida toda.

Na mesma linha de busca e de respostas, a diversidade humana existente nas escolas precisa reforçar o compromisso com a educação para todos. A declaração de Salamanca, princípios, políticas e prática em necessidades educacionais especiais, publicadas em 1994, defende que:

O princípio da inclusão através do reconhecimento da necessidade de ir ao encontro da escola para todos; e que são instituições que incluem todas as pessoas, celebram as diferenças apoiam a aprendizagem e respondem adequadamente as necessidades individuais. Assim estas instituições constituem-se uma importante contribuição para a tarefa de adquirir educação para todos e por fazer escolas educacionalmente mais efetiva: (MAYOR, 1994, p. 03 – 04).

A declaração de Salamanca e outras leis que fundamentam a educação para todos, deixa claro esse aspecto quando afirma que a escola inclusiva não se resume na matrícula desse aluno ou presença do mesmo na escola. Uma escola considerada inclusiva, precisa ser mais do que um espaço ou um ambiente onde ele aprenda os conteúdos repassados para todos os alunos da mesma faixa etária.

A LDB (1996) usa a expressão “preferencialmente na rede regular de ensino” e a condicionante “no que for possível”, deixando implícita a existência de um sistema paralelo destinado exclusivamente, aos alunos que não tivessem capacidade acadêmica para frequentar as escolas comuns em razão de suas deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas.

Isto pelo decreto nº 3.298, de 1999, quando determina “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino” (art. 24, inciso I). E, também pela resolução nº 2, do conselho nacional de educação, Câmara de Educação Básica (2001). Todo este viés conceitual, tem origem no modelo médico da deficiência segundo o qual o problema está

na pessoa com deficiência e, por esta razão, ela precisa ser “corrigida” (melhorada, curada etc.), a fim de poder fazer parte da sociedade.

Desde então, vários documentos tem enfatizado esse conceito para que todos os profissionais da educação, ou seja, a sociedade em geral tenha conscientização sobre o lado da inserção. Sabemos que antes, o aluno com deficiência só poderia estudar em escolas regulares se fossem capazes de acompanhar os seus colegas não deficientes; no decorrer do processo, foi desenvolvido um sistema para atender os diversos níveis de capacidades. Requer aos professores não trabalhar com atividades isoladas, ou seja, diferenciadas, que os conteúdos repassados venham favorecer na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno com ou sem deficiência. Exatamente, em 1994, foi o ano em que saiu o primeiro documento internacional que aborda externamente o conceito de inclusão nos sistemas educacionais.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), como dito anteriormente, apontou sinais desse processo de construção que são visíveis com frequência crescente, a exemplo, nas escolas, na mídia, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços.

Muitos países já adotaram a abordagem em suas escolas, e o Brasil já começou buscar o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica ou financeira, porém com grande determinação. Os resultados ainda são pequenos, entretanto, crescentes.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional deixa clara a distinção feita entre os níveis de ensino e as suas modalidades. No que se refere ao atendimento educacional especializado, este é prestado pela educação especial, referindo-se a esta, o art. 58 da LDB como sendo ela uma modalidade de ensino e, portanto não se confunde com os níveis da educação escolar (educação básica e superior) Esta conclusão se extrai da própria estrutura típica e organizacional da mencionada LDB. Em seu título V, são apresentados os níveis e as modalidades de educação e ensino sendo a educação destacada de educação básica e superior. De modo que a matrícula do aluno na escola especial não dispensa a frequência a rede regular de ensino, pois o papel da primeira é de complementação para os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996, p. 47).

Dessa forma, o atendimento educacional especializado é entendido como um instrumento complementar e, que o mesmo não pode ser utilizado como aula de reforço, e sim, com o objetivo de possibilitar ao aluno com necessidades educacionais especiais, o acesso ao conhecimento, oferecendo os instrumentos e os recursos necessários para o seu desenvolvimento em todas as etapas e modalidades.

No contexto do movimento político para o alcance das metas de educação para todos, a conferência mundial de necessidades educacionais especiais acesso e qualidade realizada pela UNESCO em 1994, propõe aprofundar a discussão, problematizando os aspectos acerca da escola não acessível a todos os alunos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.)

Nesse contexto, que aborda a questão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração de metas e implementação de ação voltada para a escola e que a mesma seja vista como um meio mais eficaz para a inclusão.

Os alunos de hoje apresentam um comportamento diferente de antigamente, são crianças imperativas, curiosas e criativas nas suas manifestações, por isso cada vez os professores encontra dificuldade para determinar uma atitude de controlar os atos desses alunos. Cabe a escola e família efetivar uma parceria que possibilite ao aprendiz a descoberta de novos mundo, via planejamento, ações e metas.

Promover um ensino que o leve a ser pesquisador e empreendedor, um ensino que o faça reconhecer seus direitos e deveres como cidadão, sujeito participante. No Colégio Menino Deus, as ações em torno do processo educativo gira em torno dessa perspectiva, na qual as ações executadas são baseadas na pluralidade como também individualidade de nossos aprendizes. Ações permeadas por um trabalho que parte do individual ao coletivo e vice-versa. Há alunos com necessidades especiais, alunos que necessitam de um suporte maior em relação ao controle das normas e cumprimentos afetivos.

Laços que se formam entre a comunidade escolar e seus personagens, uma escola que preza por seus alunos e por suas famílias, na certeza que somos todos responsáveis por guiar nossos alunos a superar seus medos,

vencer a limitações expostas durante a caminhada e produzindo os mais diversos conhecimentos.

A discussão em geral partiu de um contexto teórico por compreendermos que teoria e prática se unificam. Não há como produzir conhecimento sem construí-los diariamente. Somos profissionais inacabados, estudamos e avançamos sempre por acreditarmos no poder da educação.

Hoje, se me perguntarem qual o papel da escola na minha vida? Com exatidão posso responder que ela mudou e continua a transformar minha vida. Tenho 32 anos, sou professora e aluna. Considero-me sujeito aprendiz, não por estar concluindo um doutorado em uma Universidade Pública e, sim, por aplicar as teorias adquiridas a meu fazer docente. Os meus alunos, a quem ensino gramática, texto e discurso também me ensinam lições de valores e superação e a isso devo o contexto a qual estamos inseridos, o CMD que possibilita a ponte, suporte necessário e aos pais que nos confiam no exercício e compromisso da docência. Família-Alunos-escolas elos que se completam na transformação do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABRICHAIM, C. **Colaboradores da saúde mental**. Disponível em: <abcdcorposalutar.com.br.php?> Acesso em: 01 ago. 2019.

AINSCOW, M. (1995a). **Necessidades educativas especiais**. Madrid: Narcea - UNESCO.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Especial. **Direito À Educação: Subsídios Para A Gestão Dos Sistemas Educacionais – Orientações Gerais E Marcos Legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL, Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Especial. **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica v.1**. Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fabio Aranha. Brasília, 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto **Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga A Convenção Interamericana Para A Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Contra As Pessoas Portadoras De Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: MS, 1998.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova O Plano Nacional de Educação e Dá Outras Providências.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Especial. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília: UNESCO, 1994

BRASIL. Ministério Da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BENCZIK, E. B. P.; RODHE, L. A. P. **Transtorno de déficit de atenção hiperatividade: o que é? Como ajudar?** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CARVALHO, A. **A Família na atualidade**. Disponível em: <http://www.meuartigo.brasilecola.com/psicologia/a-familia-na-atualidade.html>
Acesso em: 20 jan. 2009.

CHINALIA. F.; ROSA, J. C. L. **Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva**. Apostila Do Curso De Especialização Em Educação Especial Da Faculdade De Educação São Luis. Ribeirão Preto: Maxicolor Gráfica, 2008.

Coordenadoria Nacional Para Integração Da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linhas de Ações sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

DINIZ NETO, O.; SENA, S. da S. **Distraído e a 1000 por hora: guia para familiares, educadores e portadores de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo – SP: Editora Paz e Terra, 1996.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola**: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. Curitiba, p. 101-108, jan./abr. 1999.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LA TAILLE, Y. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996.

MARTINS, L. A. R. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: MARTINS, L. A. R. (org). **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Traduzido Por Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTANDON, C. **O desenvolvimento das relações família-escola**. In: MONTANDON, C., PERRENOUD, P. **Entre pais e professores, um diálogo impossível?** Oeiras: Celta, 2001.

NERO, C. **Escola de Pais**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1967.

PEREIRA, M. (2008). **A relação entre pais e professores**: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga. 2008.

PIAGET, J. **Intelligence and affectivity, their relationship during child development**. Annual Reviews, Palo Alto – CA, ed. USA, 1981.

ROHDE, L. A. **Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, D. R. **Psicologia Geral e do Desenvolvimento**. Indaial: ed. ASSELVI, 2005.

TEIXEIRA, V. S. S. L. **Entendendo os portadores do TDAH**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios da Aprendizagem). Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, C. S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VERONESE, J. R. P; COSTA, M. M. M. **Violência Doméstica**: Quando a Vítima é a Criança ou Adolescente. Florianópolis: ed. OAB/SC, 2006.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 1987.

SBS +EDUCAÇÃO

A campanha “Escola e Família, qual é o papel de cada uma na Educação” é organizada pela SBS Livraria Internacional, por meio de seu programa SBS +Educação.

Participe desse debate, acesse o regulamento e saiba mais em:

blog.sbs.com.br



SBS | livraria
internacional

www.sbs.com.br